

Dívida: volta das negociações só em novembro.

15 OUT 1985

JORNAL DA TARDE

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, anunciou que manterá contato com o comitê assessor dos bancos credores, na segunda quinzena de novembro, dando prosseguimento às negociações para o reescalamento da dívida externa a vencer até 1990.

No seu primeiro contato com a imprensa em Brasília, depois de retornar de Seul, capital da Coreia do Sul, onde participou da assembléia anual conjunta do FMI e do Banco Mundial, Bracher disse haver coincidência entre o governo brasileiro e os bancos credores sobre a necessidade de um ajuste interno que leve à redução do déficit do setor público.

No entender dos bancos, segundo ele, o ajuste externo poderá ser afetado "potencialmente", se o governo não equilibrar suas contas. Para Bracher a tarefa, de agora em diante, é mostrar à comunidade financeira internacional que o País está executando esse plano.

— O Brasil é um dos poucos países que estão reescalando suas dívidas e pagando os juros em dia — disse o presidente do BC.

Bracher afirmou que os bancos ainda se encontram ressentidos com os episódios de 1982, ocasião em que o México e a Polônia anunciaram que se tornaram incapazes de pagar a dívida. Com relação ao Brasil, os credores ainda temem a repetição da centralização das remessas cambiais verificada em meados de 1983, de acordo com a extinta Resolução nº 851.

O presidente do Banco Central disse, ainda, que o comitê assessor dos bancos credores não abre mão do aval do FMI para renegociar a dívida com o Brasil.

— Os bancos sentem-se mais seguros contando com o Fundo — acrescentou; informando que, no contato com os banqueiros em Seul, as partes não entraram em detalhes, como a forma de "monitoramento" pelo qual o FMI se firmava na qualidade de vigilante permanente do desempenho da economia brasileira durante a vigência do acordo de reescalamento com os bancos.

Pelo "monitoramento", que é um tema polêmico hoje, os credores ficariam autorizados a romper o acordo, caso o FMI indique que o Brasil não está ajustando sua economia, conforme as exigências.